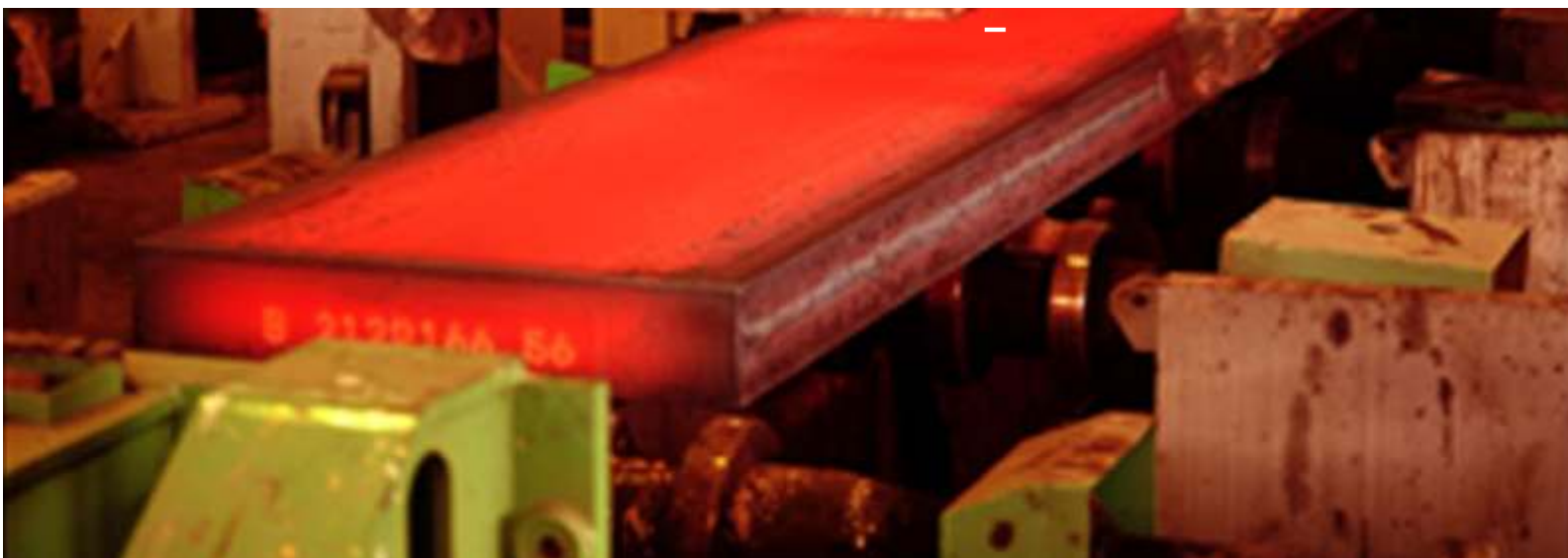




SIDERURGIA

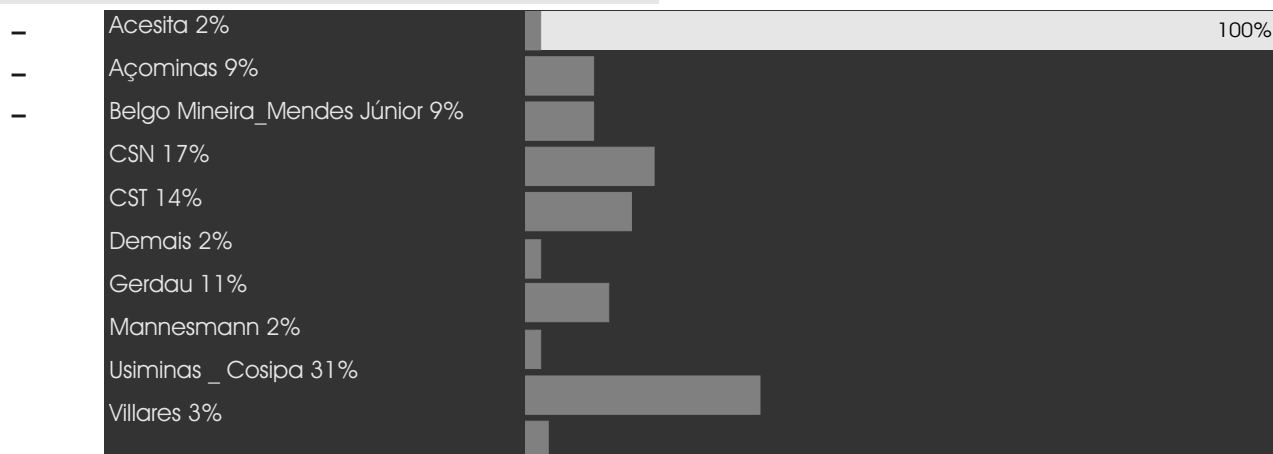


A privatização do setor siderúrgico no país implicou quatro mudanças de alta significação: 1. Cada uma das empresas passou a ser entrante potencial em todos os segmentos, sem quaisquer formas de restrições de mercado. 2. O ingresso de novos players, originários de setores que sempre enfrentaram outra dinâmica competitiva, introduziu no setor siderúrgico nacional novos modelos e novas ferramentas e gestão e empurrou rapidamente a siderurgia para níveis de desempenho empresarial crescentemente próximos de níveis globais. 3. Ampliação dos graus de competição dentro do setor, estendendo-se ao segmento de produtos planos a vitalização originária da competição até então praticada no segmento privado de produtos longos

4. Subordinação das decisões de investimento à lógica das oportunidades estratégicas de mercado, definidas primordialmente pela atratividade do negócio.

Além disso, a retomada de investimentos do setor siderúrgico brasileiro, depois de uma década de letargia, foi acompanhada de um esforço para atribuir maior valor agregado aos produtos fabricados no país. Um processo denominado "enobrecer" o acervo de produtos oferecidos pela siderúrgica. Mas a competitividade e a inserção da indústria brasileira no exterior ainda permanecem dependentes de produtos de menor valor agregado, uma vez que estes também são favorecidos pelo binômio menores custos salários/menor custo de minério de ferro. Na briga pelo futuro da siderurgia brasileira três questões centrais estão em jogo: a concorrência no mercado interno, o futuro dos grupos nacionais e a capacidade de exportação.

Maiores Empresas Siderúrgicas Brasileiras em % de Aço Bruto



Mapeamento das Usinas Siderúrgicas Aços Planos

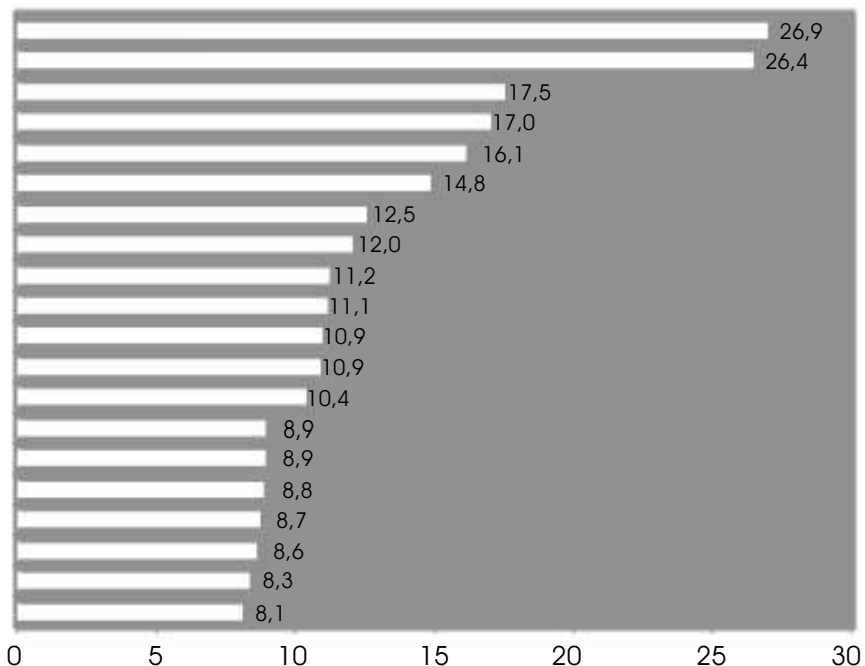


Setor Siderúrgico Brasileiro

Produtos		Empresas (Localização)
Usinas Integradas	Semi-Acabados	Açominas (MG), CST (ES)
	Aços Especiais	Acesita (MG), Mannesmann (MG)
	Laminados Planos	Cosipa (SP), CSN (RJ), Usiminas (MG)
	Laminados Longos	Belgo Mineira (MG), Gerdau (MG)
Integradas	Laminados Longos	Gerdau (CE, PE, BA, RJ, PR, RS), Mendes Jr. – BMP (MG), Barra Mansa (RJ), Belgo Mineira (SP), Itaunense (MG)

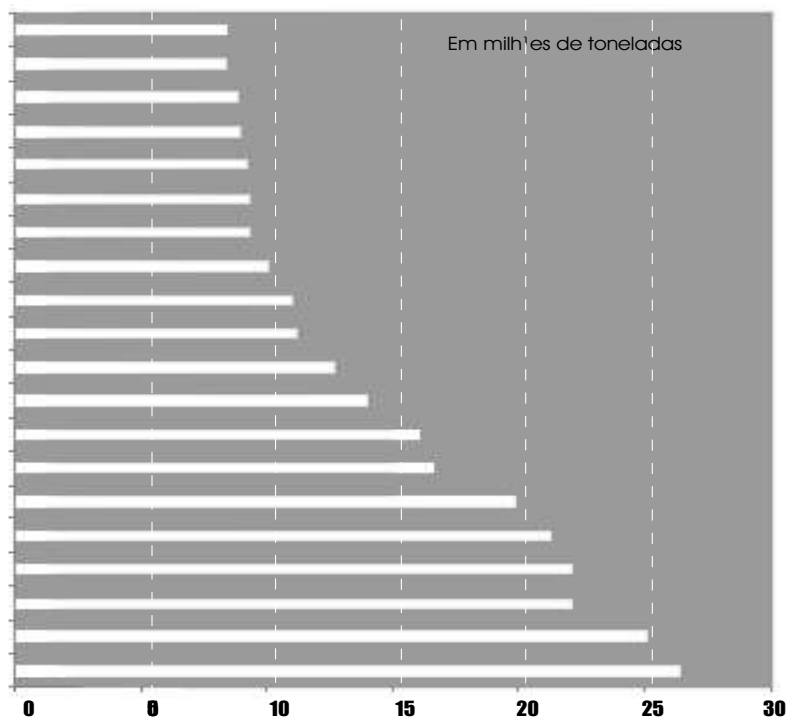
Ranking das 20 Maiores Produtores de Aço Milhoes de Aço Bruto

- Nippon Steel (JAP)
- Thyssen Krupp (ALE)
- British Steel (UK)
- Usinor (FRA)
- Riva (ITA)
- Arbed Group (LUX)
- SAIL (IND)
- US Steel (EUA)
- NKK Corp (JAP)
- LNM Group (UK)
- Kawasaki Steel (JAP)
- Sumitomo Metal (JAP)
- Severstal (RUS)
- China Steel (CHI)
- Nucor (EUA)
- Bethlehem Steel (EUA)
- Baoshan (CHI)
- Anshan (CHI)
- LTV Steel (EUA)



Escala e Produção das Vinte Maiores Siderúrgicas do Mundo 1999

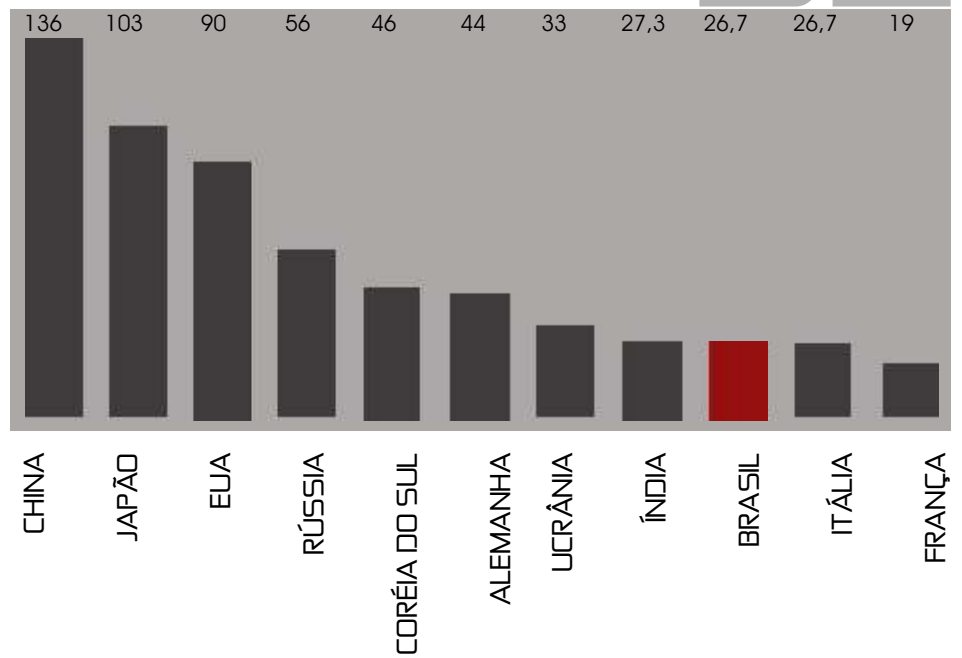
- Bethlehem Steel (EUA)
- BHP (AUS)
- Magnitoborsk (RUS)
- Severstal (RUS)
- China Steel (CHI)
- Sumitomo (JAP)
- Nucor (EUA)
- SAIL (IND)
- Kawasaki Steel (JAP)
- USX Steel (USA)
- NKK Corp (JAP)
- Riva (ITA)
- Thyssen Krupp (ALE)
- Baoshan (CHI)
- LNM (RU)
- Cons (RU)
- Usinor (FRA)
- Arbed (LUX)
- Nippon Steel (JAP)
- Posco (COR)



Durante a década de 1990, intensificou-se uma profunda reestruturação do setor siderúrgico em todo o mundo. Com a entrada dos novos materiais, fomentada pela aplicação de enormes recursos em p&d, está ocorrendo uma gradativa transferência da produção e do consumo de aço e minério de ferro dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, com destaque para a China.

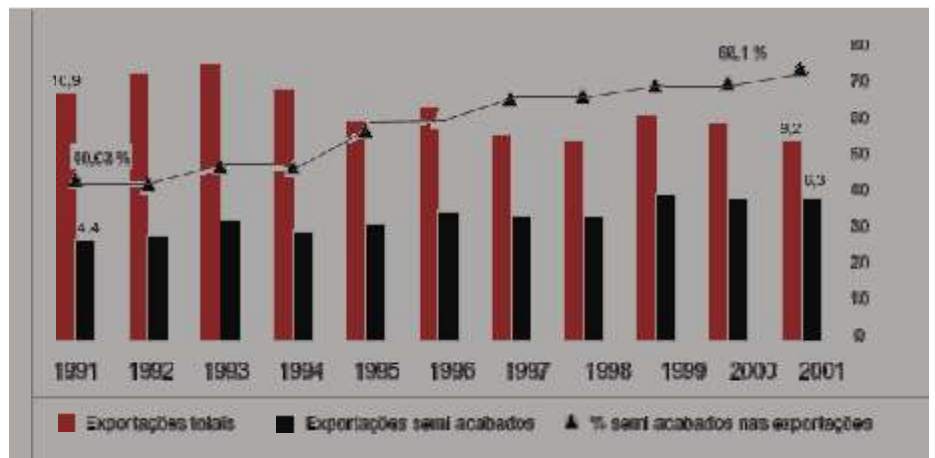
Produção Mundial de Aço Líquido 2001

Milhões de Toneladas
Mundo: 847 Milhões



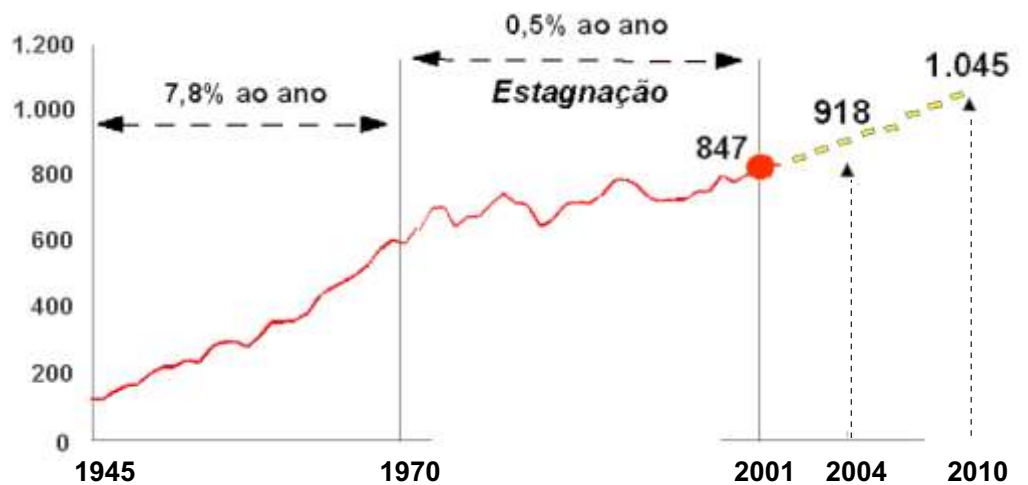
Perfil das Exportações Brasileiras de Produtos Siderúrgicos

Milhões de Toneladas



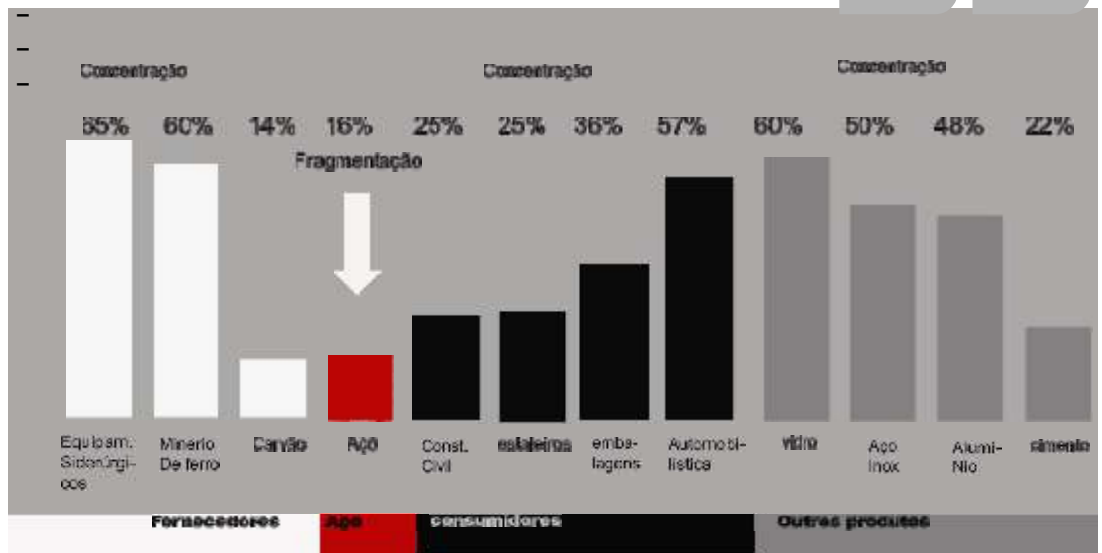
Evolução da Produção Mundial do Aço Líquido

Milhões Ton.

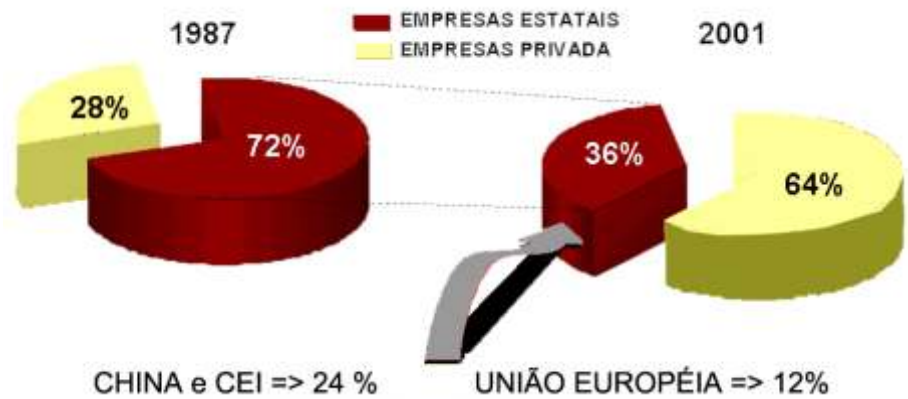


Concentração da Produção na Cadeia Produtiva [participação das Cinco Maiores Empresas]

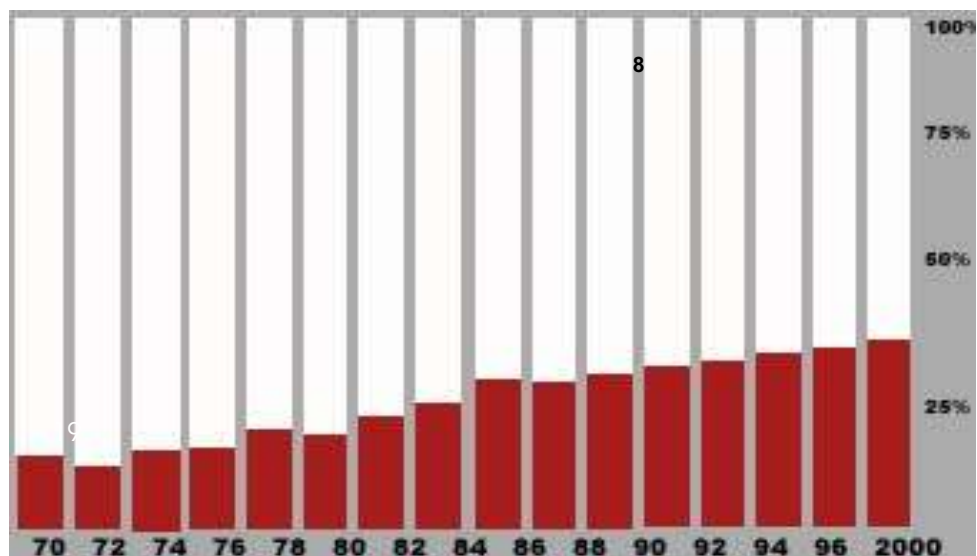
93



Privatização da Siderurgia Mundial



Distribuição da Produção Mundial de Aço



No Brasil, a reestruturação do setor siderúrgico foi dificultada pela existência, até 2000, de um nó de participações acionárias oriundo do processo de privatização. A Previ (fundo de pensão do Banco do Brasil) era ao mesmo tempo acionista da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), da Acesita/CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão) e da Usiminas. A Companhia Vale do Rio Doce, da qual a Previ é acionista, também estava nos capitais da CSN, da CST e da Usiminas.

A reorganização societária era essencial para que cada empresa pudesse definir seu foco estratégico e buscar maior inserção nos mercados globais. A siderurgia brasileira ainda não opera de acordo com os padrões mundiais de largas escalas de operação. As siderúrgicas brasileiras são consideradas pequenas pelos parâmetros internacionais. Nenhuma está entre as 20 maiores do mundo, embora o país seja o nono maior produtor de aço. Desatar o nó das participações cruzadas e dar maiores dimensões às empresas passou então a ser a meta da reestruturação.

A concentração empresarial passou a ser entendida como condição para obter melhores posições na siderurgia mundial, quanto a escalas, condições estruturais e acesso a grandes mercados. Recentemente, teve início um processo global de fusões no setor siderúrgico que mudou a escala das empresas globais. Com menos de 40 milhões de toneladas/ano de produção não é possível competir globalmente. Daí se propor uma política de estímulos à fusão que permita ao país dispor de uma siderúrgica global assim como já possui uma mineradora, a CVRD. Agora, quando muda a escala global desses setores, os grupos nacionais devem dispor de visão estratégica e velocidade para aproveitar a dinâmica e conseguir formar grandes empresas nos setores em que o país dispõe de maior competitividade.

Para muitos, o descruzamento das participações acionárias representou a chance de se iniciar a reestruturação e de se traçar uma nova política industrial para o país. Essa oportunidade se oferecia porque a troca de ações abria espaço para novas associações e aquisições. Haveria agora a possibilidade da criação de uma multinacional com sede no Brasil na área de aços planos, onde estão concentradas as grandes usinas?

Fundada em dezembro de 1921, a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira produz aços longos sob a forma de laminados e trefilados. Tem capacidade instalada para 4,2 milhões de toneladas/ano de laminados e 1,4 milhão de toneladas/ano de trefilados. É a maior produtora brasileira de fio-máquina e de arames comerciais e industriais.

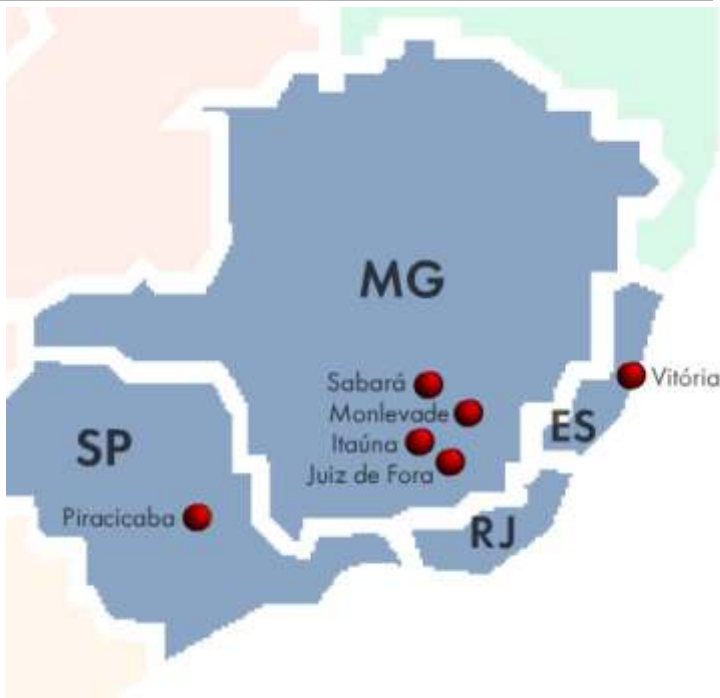
A empresa é resultado de investimentos estrangeiros, originalmente da Arbed (Aciéries Réunies de Burbach-Eich-Dudelange), de Luxemburgo. Desde 2001 faz parte do maior grupo siderúrgico do mundo, a Arcelor, resultante da união da Arbed, Usinor (França) e Aceralia (Espanha).

No setor de siderurgia, a Belgo conta com seis unidades no Brasil: em Monlevade, Sabará, Juiz de Fora e Itaúna, em Minas Gerais, em Piracicaba (SP) e Vitória (ES). Nessas unidades, produz fio-máquina, vergalhões, barras, perfis e arames para construção civil. A Belgo detém ainda participação acionária na Acindar, maior produtora de aços longos da Argentina. Até 2000, tinha o controle acionário das mineradoras Samitri e Samarco, vendido para a Cia. Vale do Rio Doce.

As siderúrgicas brasileiras controladas pelo grupo Arcelor, formado pela fusão das empresas européias, devem integrar aos poucos suas operações. A Arcelor controla a Belgo Mineira, a Acesita e a CST, além da pelotizadora Hispanobrás. Elas tendem a unificar suas estratégias, mas, como têm capital aberto, serão mantidas como unidades independentes. Cada uma das empresas no Brasil trabalha em um setor diferente e não são concorrentes.

A nova holding é a principal arma do grupo europeu para ganhar mercado global. E para ganhar outros mercados é preciso estar capacitado com custos mais baixos, tecnologia e qualidade. Os controladores procuram reduzir custos operacionais no Brasil, implantando desde então programas de reestruturação nas empresas e venda de ativos não estratégicos, como as minas e reservas florestais. Acesita, Belgo-Mineira e CST tinham juntas 10 mil funcionários, 8,8% dos empregados das siderúrgicas européias no mundo. A idéia é baixar custos brasileiros em US\$ 13,8 milhões em 2003, o equivalente a 5% da redução de custos que os europeus pretendem ter no mundo inteiro. A expectativa é que a economia global chegue a US\$ 737,3 milhões em cinco anos.

O comando mundial das siderúrgicas busca fazer com que a associação resulte na economia de gastos com pesquisa e desenvolvimento. Também estão sendo unificadas as operações de distribuição, acabamento, transformação e vendas. As usinas brasileiras podem ser beneficiadas com negociações centralizadas com fornecedores. O grupo europeu tem escala para negociar: suas usinas têm 27% do parque siderúrgico nacional. A Acesita é o único fabricante de inox da América Latina, a Belgo faz aço para a construção e a CST lidera o mercado global de placas. A mudança no perfil do controlador, agora o maior conglomerado siderúrgico do mundo, é importante: as empresas ganham poder de barganha em relação às mineradoras, pois passam a comprar em maior quantidade e devem obter preços mais baixos.



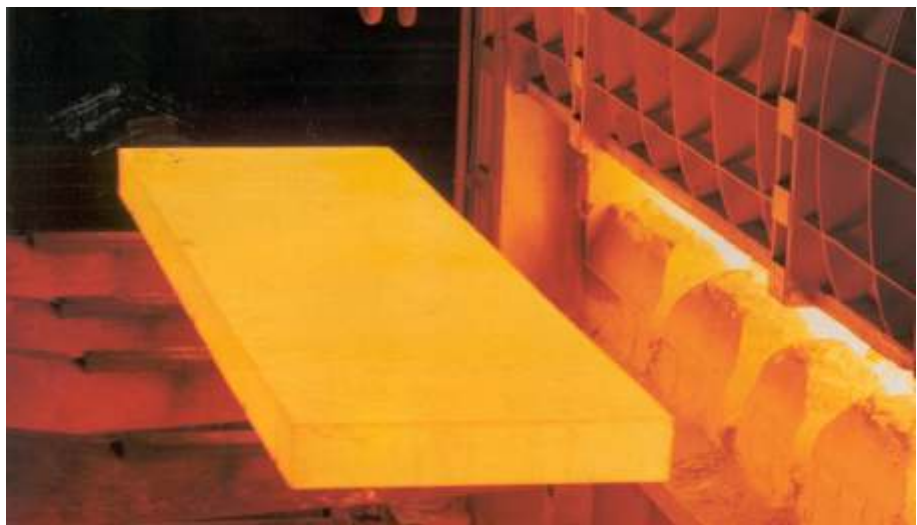
Usina de Sabara



Usina de Monlevade



Usina da Grande Vitoria



97 USIMINAS

A Usiminas foi criada em 1957, como um empreendimento estatal em associação com a Nippon Steel Corporation. Privatizada em 1991, atualmente seu bloco de controle acionário está composto por: Nippon Usiminas (18%), grupos Votorantim e Camargo Correa (7,5% cada), Bradesco (2,5%) e funcionários (13%). A CVRD (22,9%), maior acionista individual, e a Previ (14%) não fazem parte do núcleo de controle. O sistema Usiminas é formado por várias empresas controladas, dentre elas a Cosipa, a Usiminas Mecânica, a Usiminas Internacional, a Usifast (logística) e a Unigal.

É líder no mercado brasileiro de aços planos de maior agregação tecnológica, como os consumidos pelos fabricantes de automóveis e eletrodomésticos. Desde 2001, ao concluir a primeira etapa da reestruturação da Cosipa, subsidiária assumida em 1994, passou a liderar o maior grupo fabricante de aço do País, com capacidade instalada para 9,5 milhões de toneladas anuais. Constitui um sistema industrial, comercial, logístico e de serviços.

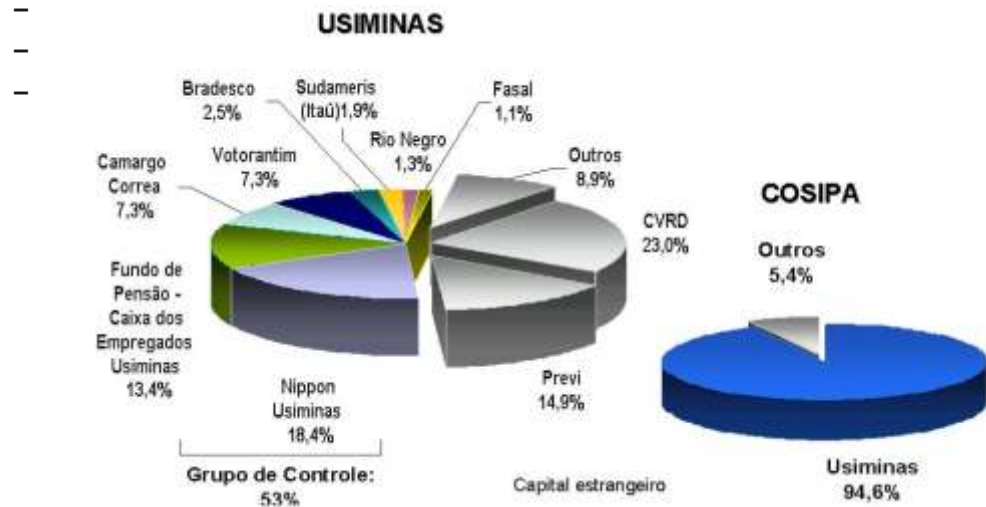
O projeto da Usiminas consiste hoje na formatação de um sistema preparado para a competição global. Há uma diferença essencial entre as mudanças ocorridas no ciclo dos anos 90 no setor siderúrgico e as que se delineiam para a primeira década de 2000. No primeiro ciclo, as mudanças centraram-se no desengajamento do estado, na reestruturação do controle e nos ganhos internos de eficiência e de produtividade das empresas.

Composição Acionária

Sistema Usiminas

[Capital volante

Agosto - 2002]



No segundo ciclo, que agora se inicia, os lances deverão centrar-se em ganhos de eficácia estratégica das empresas. Mudar a orientação estratégica: da ênfase na produção para a ênfase no mercado. Subordinação das decisões de investimento não mais à lógica estratégica da construção de uma economia auto-suficiente em suprimentos básicos, mas à lógica das oportunidades estratégicas de mercado, definidas primordialmente pela atratividade do negócio. Estruturação de novo modelo de distribuição, mais ágil e melhor preparado para atender à dinâmica de uma economia com maior inserção global e mais competitiva. As bases do modelo foram a utilização da figura do operador logístico e a implantação de bases mais próximas dos mercados.

O que está em jogo agora é a busca por eficácia a nível internacional: vínculos global-localizados, dimensão das plantas, tecnologias de processo, linhas especializadas de produtos, modelos internos de gestão, modelos logísticos de distribuição e de serviços. Busca de novos posicionamentos estratégicos na siderurgia mundial, quanto a escalas, condições estruturais e acesso a grandes mercados.

A definição estratégica da empresa está baseada numa avaliação das condições estruturais da siderurgia mundial. A produção mundial de aço está numa fase de crescimento contido, em torno de 1,2% ao ano. Há também uma tendência de se transferir a produção primária de aço para os países em desenvolvimento, os países desenvolvidos se dedicando mais aos produtos acabados. Um fator de desequilíbrio no setor foi provocado pelo fim da antiga União Soviética, quando grandes fabricantes de aço, que então produziam para aquele mercado fechado, passaram a vender no mercado ocidental, aumentando repentinamente a oferta em 54 milhões de toneladas. A super-oferta provocou a queda generalizada de preços, fazendo com que a siderurgia mundial deixasse de oferecer retorno satisfatório ao capital. É uma indústria que hoje registra baixa rentabilidade.

A estratégia da Usiminas foi então preparar a empresa para dar uma resposta à baixa rentabilidade e manter a atratividade do negócio como opção para o acionista. Introduzir uma mentalidade de remuneração do capital, que pode preferir a siderurgia em favor de outro negócio. Uma proteção contra uma eventual escassez de capital.

Parte dessa estratégia consistiu em desenvolver e consolidar o Sistema Usiminas, formado por 17 empresas que empregam 25 mil pessoas. Em primeiro lugar, aproveitar ao máximo os recursos disponíveis e as sinergias que o grupo oferece. A incorporação da Cosipa, a mais dilapidada e atrasada das siderúrgicas estatais, tendo de passar por longo processo de reestruturação, permitiu um ajustamento das linhas de produção das duas siderúrgicas, de modo a atuarem complementarmente no mercado interno e, ao mesmo tempo, em nichos diferentes nas exportações.

Essa complementaridade no mercado brasileiro utiliza dois focos, o de produtos de maior valor agregado, voltado para a indústria automotiva, da Usiminas, e os mais comoditizados, como os dos fabricantes de tubos, da Cosipa. O foco no mercado interno de produtos de maior valor agregado tem exigido, porém, grande flexibilidade para redirecionar parte da produção para o mercado externo, em momentos de retração na indústria automotiva. Em 2002, a Usiminas exportou 10 mil toneladas/mês de galvanizados a quente, seu produto mais caro, e a Cosipa deve tornar-se uma grande exportadora de semi-acabados (placas e laminados), atividade que deverá responder por 50% de sua produção de aço bruto, ou seja 1,3 milhões de toneladas por ano.

Como parte do esforço para responder à baixa rentabilidade do setor, a Usiminas está implantando métodos de gerenciamento baseados no custo do investimento (Programa de geração de valor para o acionista). Parâmetro de avaliação das atividades não mais fundados no custo padrão e na produtividade, mas na capacidade de criar valor. Não basta produzir mais e mais barato. Agora se considera também o investimento. Na medida em que a indústria siderúrgica requer capital para continuar crescendo e evoluindo tecnologicamente, é preciso agregar valor ao capital investido, pois o acionista não aceita mais remunerações baixas e hoje é fácil redirecionar as aplicações.



A logística de atendimento aos clientes tornou-se uma das principais estratégias competitivas do grupo Usiminas. O sistema logístico da empresa, que utiliza diversos modais de transporte interligados a uma infra-estrutura formada por oito centros de distribuição e sete centros de serviços espalhados pelo País, é o mais complexo da indústria siderúrgica brasileira. O sistema multimodal adotado pelo grupo para escoar as 300 mil toneladas mensais de aço planos que saem da usina em Ipatinga envolve estradas de ferro (EFVM e MRS Logística), os portos privados de Praia Mole e Cubatão e rodovias (frota tercerizada de caminhões e carretas).

Os centros de distribuição são localizados estrategicamente para agilizar e flexibilizar o atendimento aos clientes, segundo um mapa que corresponde principalmente à desconcentração geográfica das montadoras de automóveis instaladas no País. Já os centros de serviços beneficiam o aço produzido de acordo com as especificações dos clientes, agregando assim valor ao negócio. Uma estratégia adotada pelo grupo para fazer frente ao novo cenário que se desenhou no mercado de produtos siderúrgicos no País, com o aumento da concorrência e do nível de exigência dos clientes.

Rede Logística do Sistema Usiminas

-
-
-
-



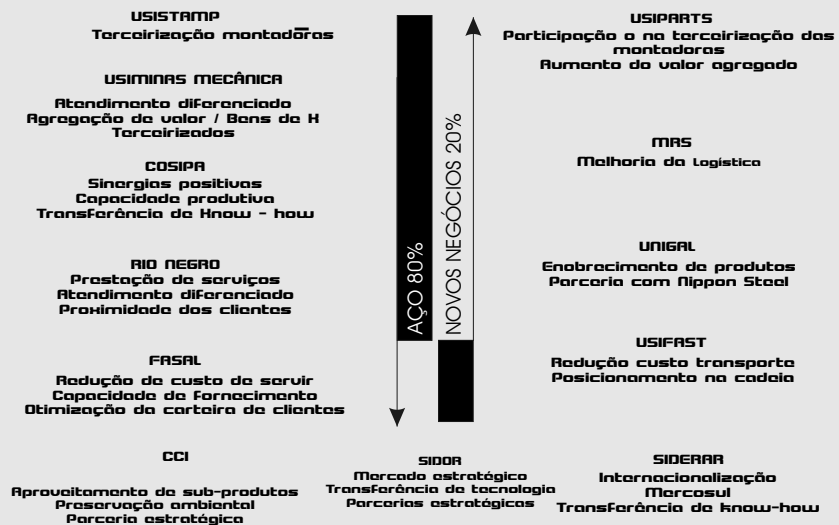


A concentração do parque siderúrgico nacional é vista como necessária para que o setor ganhe competitividade internacional. O setor hoje está dividido em quatro grandes grupos: Usiminas/Cosipa; CSN; Gerdau/Açominas e Acelor (controlador da Acesita, Belgo-Mineira e CST).

Em 1998, a Usiminas era um dos pivôs do processo de consolidação do setor. A tendência parecia ser a formação de dois grandes blocos, um deles liderado pela Usiminas, o outro seria encabeçado pela CSN. O principal lance dessa movimentação foi a disputa pela Acesita. O controle da empresa estava sendo negociado e entre os candidatos estavam a Usiminas e a Acelor. Se vencesse, a Usiminas (já controladora da Cosipa) estaria assumindo um papel privilegiado no setor, completando o bloco com a Acesita.

Estratégias da Usiminas

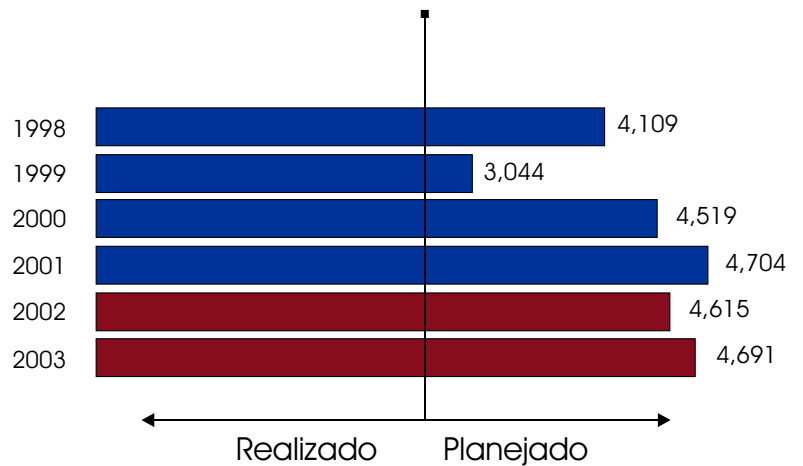
Novos Negócios 20%
Aço 80%



Produção de Aço Líquido da Usiminas

– Aumento de Aço Líquido =13%
[mil Toneladas]

–
–
–
–



Já em 1999 a Usiminas propôs uma fusão da empresa com a CSN e a Cosipa, com o objetivo de forjar um grande competidor brasileiro no mercado mundial de aço. Depois, em 2000, a CST aparecia como decisiva no processo de reestruturação, por ser uma das únicas grandes usinas de aço do país com condições de crescer. Havia então a hipótese de CST e Acesita (que formam um mesmo grupo, tendo como suporte a Arcelor se integrarem com a Usiminas-Cosipa, formando o maior grupo siderúrgico do país.

Aumentam as especulações em torno de novas reestruturações no setor. O caminho natural seria uma fusão entre a Usiminas e a CST, operação que vem sendo aventada pelo mercado nos últimos cinco anos. O negócio faz todo sentido econômico, mas tende a esbarrar em entraves, como a união da participação dos sócios japoneses nas duas siderúrgicas. A Nippon Steel, fundadora da Usiminas, ocupa o terceiro lugar no ranking das maiores do setor, enquanto a também japonesa Kawasaki Steel, sócia da CST, está em décimo lugar. As companhias asiáticas entraram no Brasil com a missão de garantir um fornecimento de minério de ferro barato para suas fábricas e participar da criação de uma gigante brasileira só teria interesse para os japoneses se fosse garantida a elas uma participação de peso na fusão. Além disso, a Arcelor anunciou que pretende assumir integralmente o controle da CST, a partir de 2007, graças a acordo de compra de ações em poder da CVRD.

O projeto de consolidação da siderurgia nacional, encampado pelo BNDES, passou então a reconsiderar a incorporação da CSN à Usiminas-Cosipa, num desenho que ainda poderia conter a Açominas. A idéia é buscar as sinergias existentes nas operações das empresas, que unidas teriam porte para produzir 20 milhões de toneladas de aço bruto por ano. Com isso, a nova companhia se posicionaria entre as seis primeiras do mundo. A reestruturação permitiria conter o avanço da Arcelor e impedir a entrada de novos estrangeiros, cujo foco é tornar as empresas que controlam aqui em centros de custo para suas matrizes, as decisões estratégicas de suas operações no mundo sendo tomadas nas sedes.

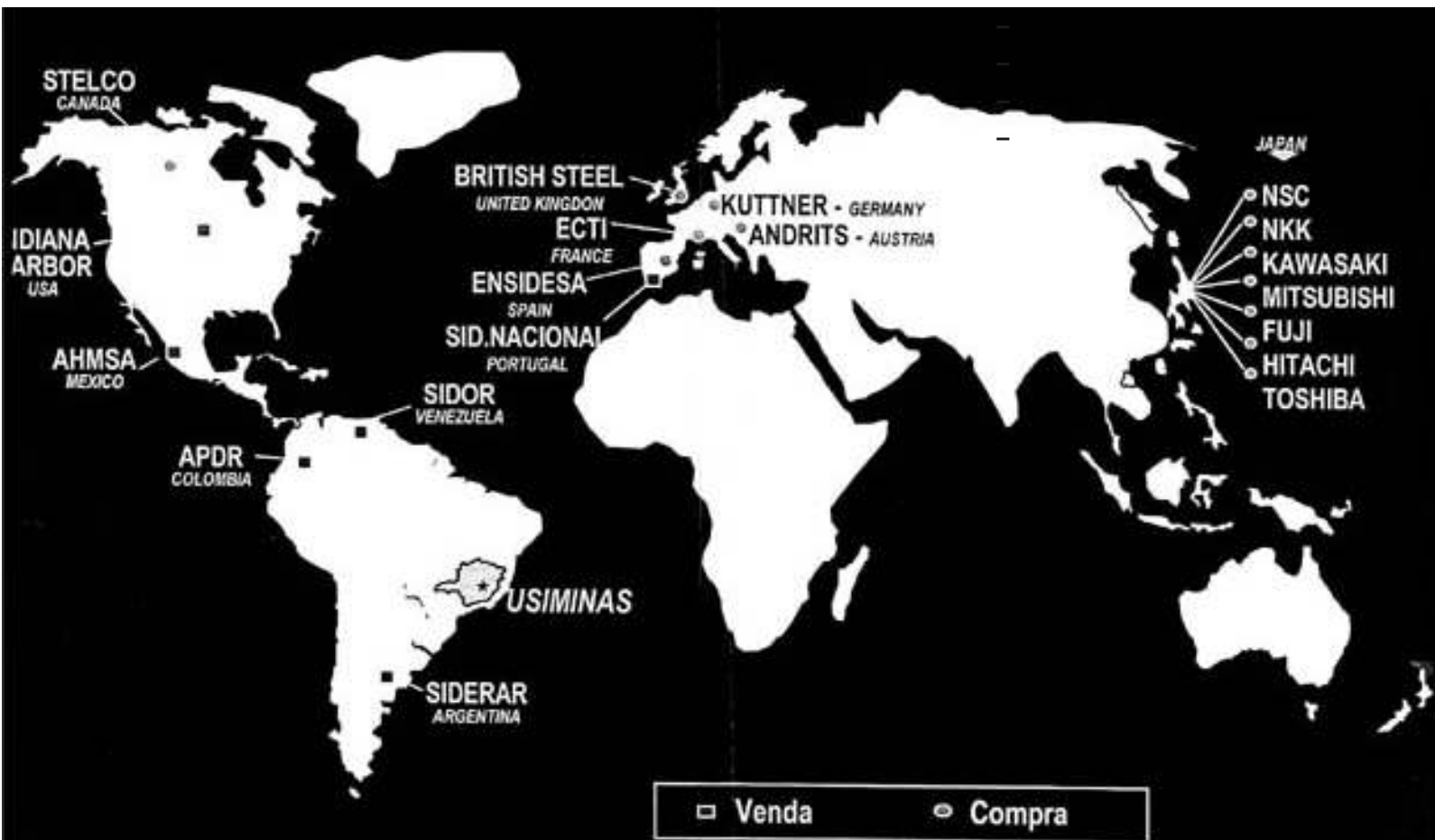


103

A participação da Companhia Vale do Rio Doce é uma peça fundamental nesse tabuleiro. A Vale seria uma das principais beneficiadas com a fusão: com a criação de uma multinacional do setor, a mineradora brasileira poderia negociar uma posição no bloco de controle. Hoje, a Vale detém 12% do capital total da Usiminas, mas não está no bloco que controla a siderúrgica. O fortalecimento do setor siderúrgico é de interesse da Vale, que fornece matéria-prima para o setor. O segmento vem se concentrando no mundo inteiro, assim como o automobilístico, que compra chapas de aço, e o das mineradoras, que fornece insumo para os fabricantes de chapas.

A Usiminas tem buscado mais consolidação. Mas o discurso mudou, ao longo do processo. Agora a concentração é proposta a partir de novos critérios, diferentes daqueles que marcaram a primeira fase da reestruturação do setor, marcada por estratégias de tomada do controle acionário. Um posicionamento diferente, com critérios baseados não mais em controle acionário, mas em agregação de valor.

Transferência de Tecnologias





ACESITA

Fundada em 31 de outubro de 1944, a Acesita (Companhia Aços Especiais Itabira) entrou em operação em abril de 1949, com o objetivo de produzir aços especiais para o abastecimento do mercado nacional. As obras de instalação da siderúrgica, em Timóteo, às margens do rio Piracicaba, foram financiadas pelo Banco do Brasil. Em 1951, o banco converteu esses créditos em participação societária e transformou-se no sócio majoritário, com 79% do capital social da companhia.

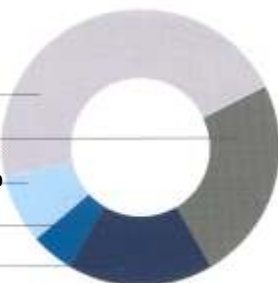
Inaugurada com capacidade para produzir 60 mil toneladas de aços especiais por ano, a empresa contava com a Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho para suprir a sua demanda de energia e com reservas de minério de ferro. Até atingir a capacidade instalada atual, de 850 mil toneladas/ano de aço líquido, a usina passou por três grandes expansões. Nas duas primeiras, passou a produzir aços ao carbono e micro-ligados e aços ao silício de grão orientado e de grão não-orientado. Em 1977, durante a terceira fase de expansão, iniciou a produção de aços inoxidáveis.

Ao mesmo tempo em que executava sua terceira expansão e tornava-se a única fabricante de aços planos inoxidáveis da América do Sul, a Acesita iniciou a formação do atual complexo empresarial. A companhia permaneceu sob controle do governo federal até outubro de 1992, quando foi privatizada.

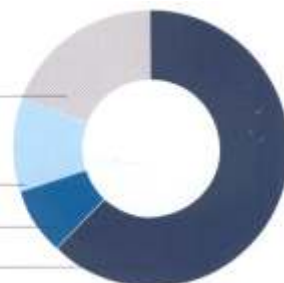
Capacidade De Produção

-
-
-
-

CARBONO 46%
BARRAS 24%
SILÍCIO GNO 8%
SILÍCIO GO 5%
INOX GO 17%



CARBONO 19%
SILÍCIO GNO 11%
SILÍCIO GO 8%
INOX 62%





105

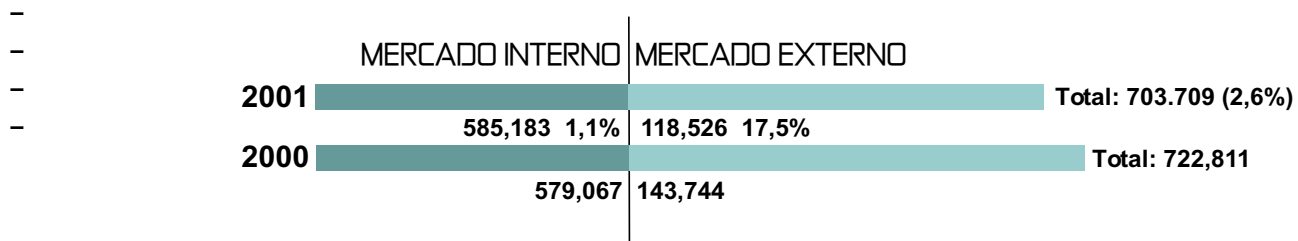
Dois anos após o leilão, a empresa iniciou um plano de investimento na modernização tecnológica da Usina de Timóteo e na ampliação de sua capacidade produtiva de aços inoxidáveis laminados a frio. Com investimentos de US\$ 600 milhões, a empresa concluiu, em 1998, a sua quarta expansão, elevando a capacidade da linha de inox das 160 mil toneladas/ano, para 290 mil toneladas/ano. Com esses investimentos, a empresa procurou habilitar-se para o mercado globalizado. O passo seguinte foi a aquisição de participação acionária na CST (Cia. Siderúrgica de Tubarão), em conjuntocom a Kawasaki Steel e com a Companhia Vale do Rio Doce.

Em 1998, o controle da empresa foi negociado, tendo entre os candidatos a CSN e a Usinor. Apesar da disputa ter ganho contornos nacionalistas, na medida em que o setor siderúrgico é um dos poucos nos quais o Brasil tem chances de ser um participante de grande porte no mercado internacional, o grupo francês Usinor, um dos maiores produtores de aços do mundo, com participação relevante no segmento de aços especiais, adquiriu o controle acionário da Acesita. O acordo assinado entre os fundos de pensão, liderados pelo Previ, então controladores da empresa, e a Usinor permitiu a entrada do grupo francês no bloco de controle da Acesita, através de investimentos de R\$ 1,02 bilhão.

Em 2001 foi concluído um acordo de fusão entre as siderúrgicas européias Arbed, Aceralia e Usinor, constituindo a Arcelor, o maior conglomerado siderúrgico do mundo. Resultado do processo de consolidação do setor siderúrgico, visando atingir a nova escala das empresas globais. A megaempresa passou a controlar a Belgo Mineira, a Acesita e a CST. Suas usinas agora têm 27% do parque siderúrgico brasileiro.



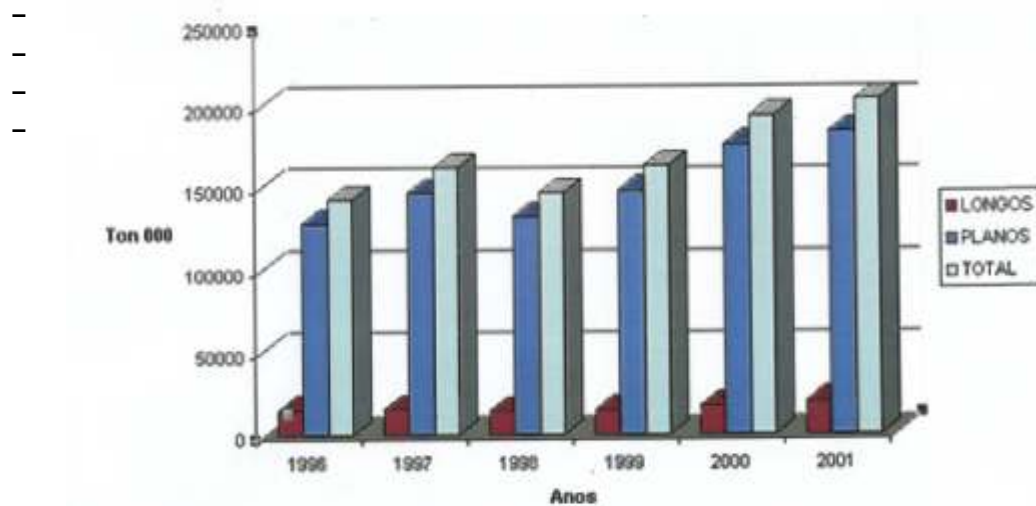
Vendas Toneladas



Vendas Aço Inoxidáveis Toneladas

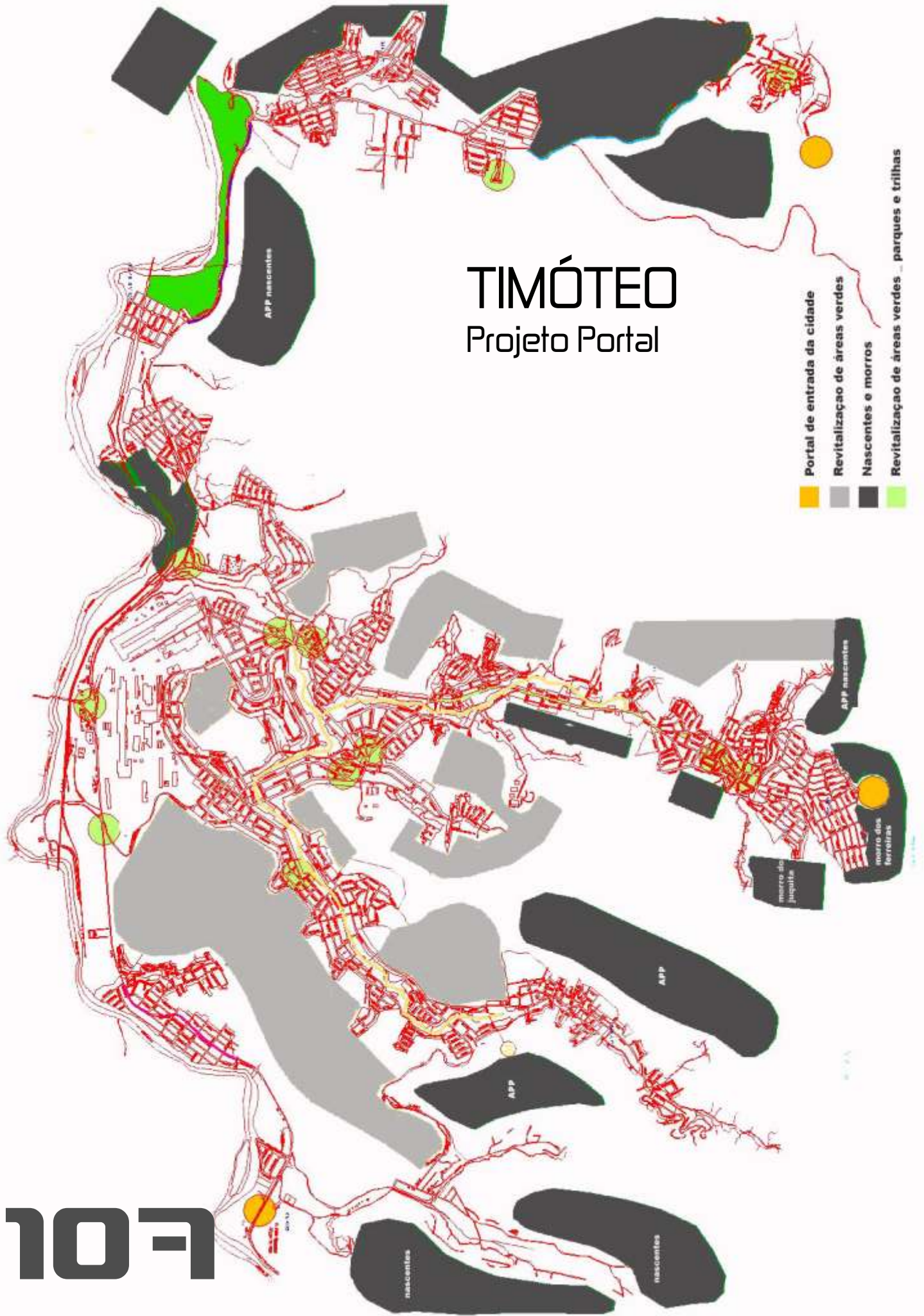


Mercado Brasileiro De Aço Inoxidável

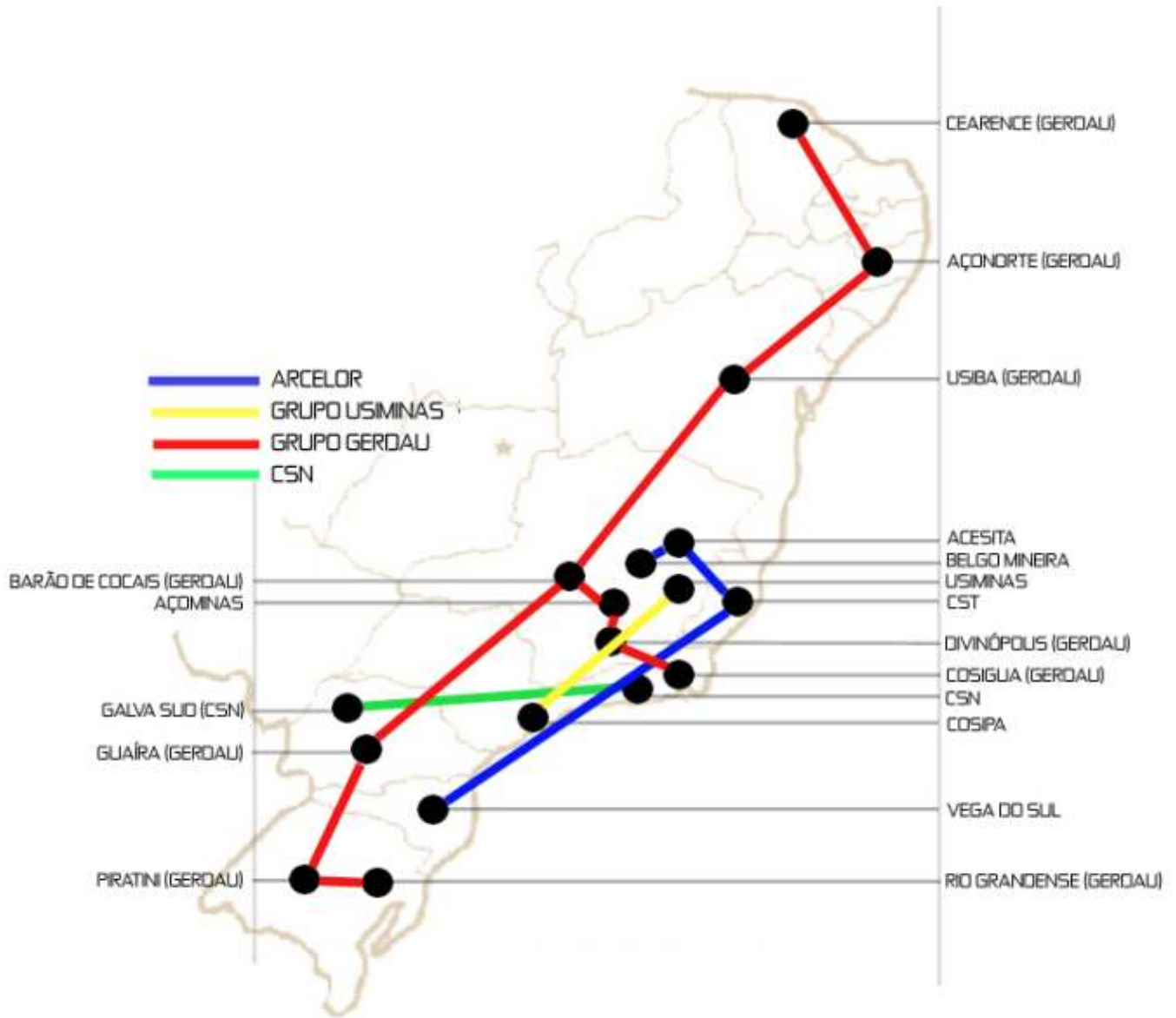


TIMÓTEO

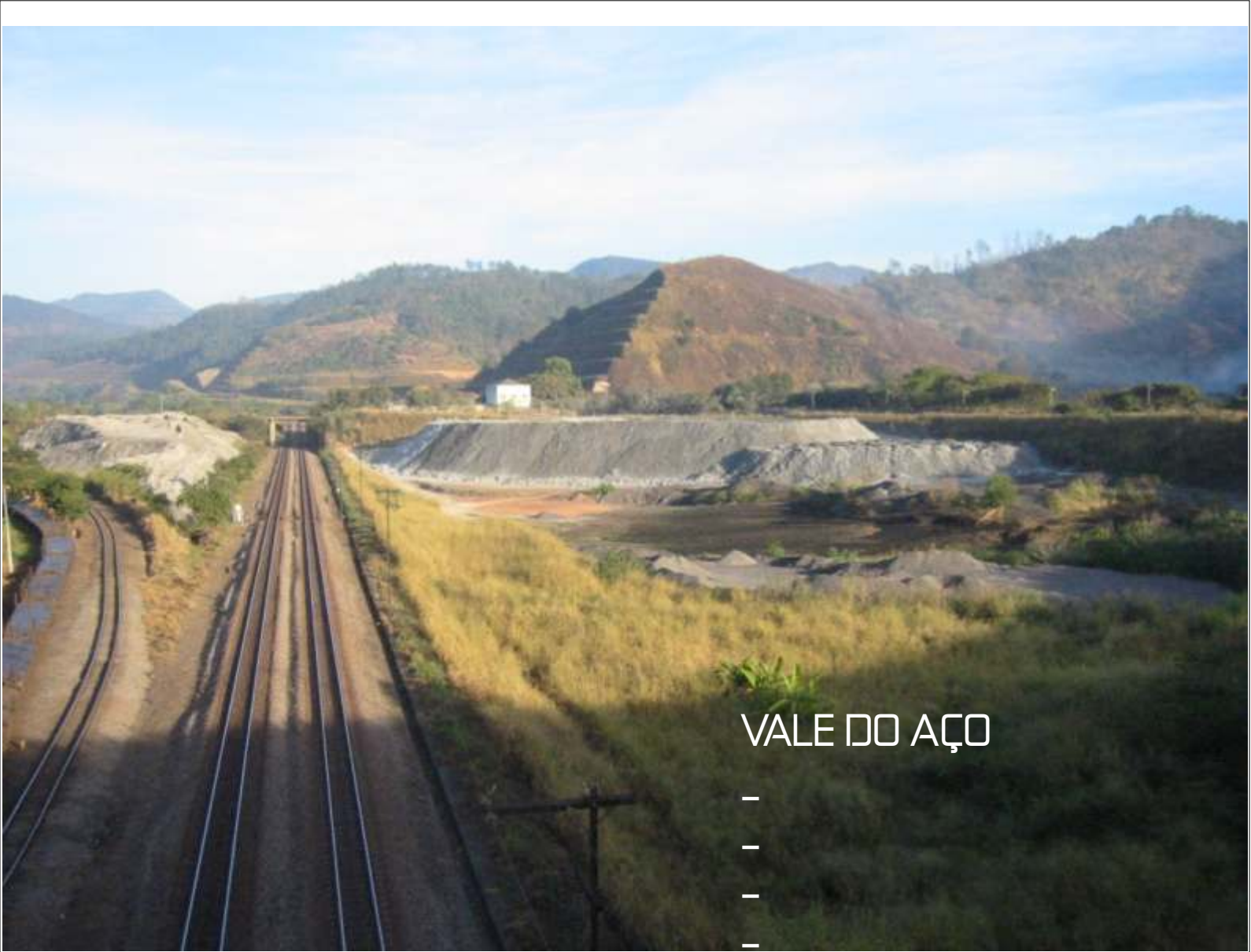
Projeto Portal



- Portal de entrada da cidade
- Revitalização de áreas verdes
- Nascentes e morros
- Revitalização de áreas verdes - parques e trilhas



Espacialização da Siderurgia no Brasil



VALE DO AÇO



III

Vale do Aço

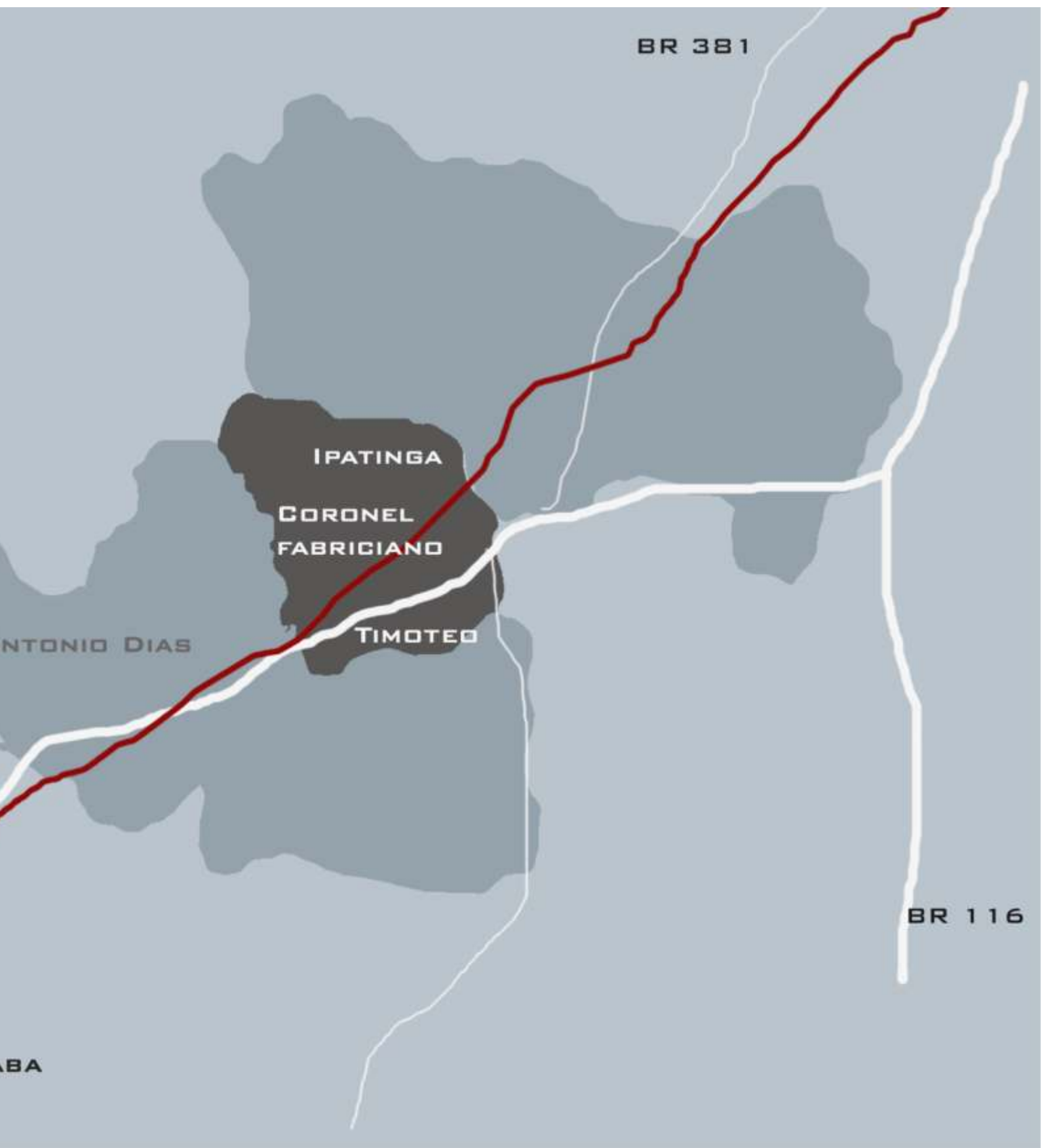
-
-
-
-



BELO HORIZONTE

EFVM

RIO PIRACICABA



BR 381

IPATINGA

CORONEL
FABRICIANO

TIMOTEO

ANTONIO DIAS

BR 116

BA

O Vale do Aço abarca o conjunto urbano que se desenvolveu a partir da implantação dos projetos siderúrgicos da Acesita e da Usiminas, correspondendo aos municípios de Timóteo, Coronel Fabriciano e Ipatinga. Entretanto, o impacto das transformações desencadeadas pela implantação e consolidação do conjunto urbano-industrial se faz sentir com maior abrangência, desarticulando e reestruturando atividades econômicas e relações de trabalho na região próxima, a partir de uma nova dinâmica comandada pela indústria.

A relação entre cidade e o meio ambiente circundante é ditada pela lógica da produção industrial: os espaços não construídos desaparecem sob a monocultura do eucalipto, enquanto o meio ambiente urbano é produzido a partir das necessidades da indústria, tanto em termos da infra-estrutura econômica quanto dos espaços necessários à reprodução da força de trabalho. Nos bairros planejados pelas usinas, os espaços traduziam a hierarquia existente no interior da fábrica. Em paralelo, o restante das cidades cresceu intensamente e de forma "expontânea", direcionando-se para as poucas áreas permitidas pelas condições físicas, pela propriedade fundiária empresarial e pelo controle da terra exercido por setores do capital imobiliário que se consolida junto com as cidades.



113



- O urbano não necessita forçosamente da concentração espacial de atividades, mas de um eficiente sistema de comunicações. As novas necessidades do capital industrial, as novas tecnologias e as formas decorrentes de organização da produção e do trabalho geram um conceito diferenciado de espaço urbano, com profundas repercussões em termos sócio-ambientais.
-
-
-

A configuração espacial centrada primordialmente na grande indústria poluente e agressora do meio-ambiente, estruturadora dos espaços habitacionais e da valorização imobiliária, está dando lugar a um espaço mais fragmentado, onde a proximidade espacial perde cada vez mais relevância face ao avanço das comunicações.

Vale do Aço: da Produção da Cidade Moderna sob a Grande Indústria à Diversificação do Meio-Ambiente Urbano

Heloísa Soares de Moura Costa



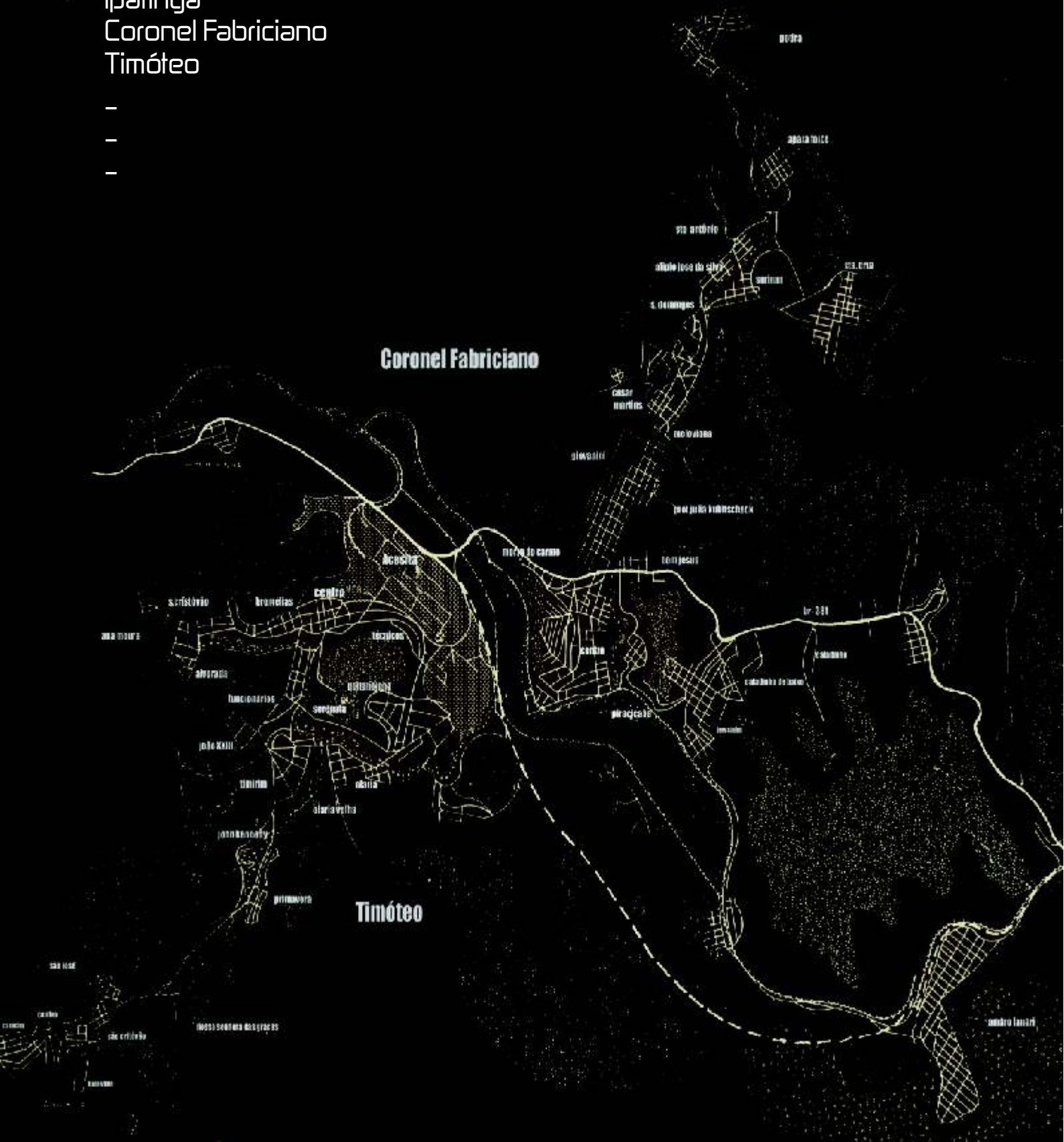
Região Metropolitana do Vale do Aço

Ipatinga

Coronel Fabriciano

Timóteo

-
-
-





O Vale do Aço

As cidades de Ipatinga, Coronel Fabriciano e Timóteo conformam no Vale do Aço um território de intrincadas relações sociais, econômicas e espaciais. Compreender esse território implica certamente dissecar as diversas camadas de sua ocupação, com as diversas dinâmicas, temporalidades e conflitos que se sobrepõem na criação do ambiente urbano. Atravessado por um sistema infra-estrutural complexo, essencial na implementação e permanência das indústrias na região, o Vale do Aço sente o seu impacto na configuração dos espaços urbanos. Esse sistema é basicamente constituído pela BR 381, a ferrovia Vitória a Minas, as pontes que atravessam o rio Piracicaba e o Aeroporto de Ipatinga.

A BR 381, um dos mais importantes eixos rodoviários do Brasil ligando o sul e o sudeste ao nordeste do país, acaba por ser um elemento responsável pela articulação e reconfiguração do território metropolitano do Vale do Aço. Enquanto Timóteo e Ipatinga cresciam e se desenvolviam rapidamente seguindo a implantação das usinas, Coronel Fabriciano, o mais antigo dos três núcleos urbanos da região, implodia-se em um território fragmentado agindo como periferia (cidade dormitório) e como suporte à rodovia, apresentando uma série de serviços de atendimento a caminhoneiros e viajantes e caracterizando-se essencialmente como *zona de passagem* entre Timóteo e Ipatinga, numa inércia econômica e de miséria social.

A ferrovia Vitória a Minas estabelece um eixo que viabiliza os fluxos de extração, produção e exportação do minério de ferro. Insere-se em uma rede de articulações comerciais totalmente globalizada, onde as trocas acontecem basicamente dentro de um cenário internacional através dos portos de Vitória. Temos assim uma situação dinâmica superposta a um território periférico no leste de Minas Gerais, particularmente conectado a sistemas físicos de transporte - que incluem o Aeroporto de Ipatinga - em escala nacional e global.





O rio Piracicaba, agente naturalmente configurador do território, é um eixo em torno do qual a linha férrea já oscilou e logo o fará a rodovia e o fluxo local Timóteo-Coronel Fabriciano, através de novas pontes em fase de construção. Tais operações de deslocamento terão provavelmente forte reverberação no território, desviando pessoas, bens e serviços e gerando áreas economicamente abandonadas, *hiatos urbanos*, ao mesmo tempo que novos espaços de ocupação.



Baseada no entendimento desse território como uma *região infra-estrutural* que se define como um espaço difuso formado por enclaves sócio-econômicos independentes do entorno imediato e articulados com outros sistemas ageográficos (capazes de inserir a região na rede global), construiu-se então uma *estrutura analítica específica*. Ao invés de estudar separadamente cada uma das três cidades como núcleos isolados, uma mera abstração representacional, propõe-se entender *o sistema infra-estrutural como um operador das relações espaciais*. Serão abordados temas e questões relativas à região do Vale do Aço como um todo, com ênfases específicas e momentâneas de acordo com o foco.

Foram propostos os seguintes eixos temáticos espaciais convergentes para *situações urbanas críticas*: [1] *limites e fronteiras urbanas*, bem como a dissolução dos mesmos; [2] *urbanismo e arquitetura* como mediação entre a estratégia corporativa e a tática cotidiana; [3] *natureza* e sua relação com o meio urbano e a paisagem; [4] *vazios* como potencialidades e conseqüências de um enfrentamento social, econômico e político no espaço.





Limites e Fronteiras Urbanas

Os limites e as fronteiras territoriais são aqui analisados a partir de três categorias – espaço cartográfico, espaço percebido e espaço vivido – capazes de detectar como eles operam nos diferentes níveis da prática espacial e estabelecem *zonas de fronteira, fronteiras físicas e fronteiras veladas*.

Limites e Fronteiras no Espaço Cartográfico

Em uma escala regional e de um ponto de vista cartográfico, a região do Vale do Aço se torna uma única mancha urbana. Apesar de haver heterogeneidades dentro desta região, estas são dissimuladas por uma visão totalizante que percebe o Vale do Aço apenas como um elemento na cadeia produtiva do minério de ferro em um âmbito global/mundial, e uma mancha maior existente dentro do tecido urbano entre as capitais dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo – Belo Horizonte e Vitória respectivamente. O Vale do Aço se conforma como mais um elemento dentro de um sistema infra-estrutural que conecta a região centro-sul do Brasil ao restante do mundo. Neste contexto, cidades como Coronel Fabriciano, Timóteo e Ipatinga não são percebidas como localidades diferenciadas entre si, mas apenas como partes que somadas **formam um todo, sem entretanto apresentar uma inter-relação lógica. Portanto, nesta escala mais distante do território e sua materialidade, não há diferenciações na mancha urbana da região do Vale do Aço que, por sua vez, pertence a um tecido urbano maior que se alastra por todo o país, fenômeno conhecido como *urbanização extensiva do território*.**

Nos mapas das três cidades relacionados à ocupação territorial construída ou não pelo homem, pode-se perceber que os limites são zonas de tensão permanente, seja pelo potencial de transformação do território via ocupação desordenada dos morros, encostas e outras áreas, seja pela possibilidade de conflito social entre as classes mais ricas e mais pobres, as regiões mais inóspitas e as mais adensadas, determinadas pela localização e distribuição de recursos naturais e de infra-estrutura urbana. Tais situações operam em *zonas de fronteira*, ou ainda, são provas da dissolução dos limites pela própria impossibilidade de demarcação do que pertence à determinada localidade ou não. Configuram situações críticas por sua inadequação ao repertório de conceitos urbanísticos e planejadores estabelecidos em Leis de Uso e Ocupação do Solo, planos Diretores e Estatutos de Cidade.



Limites e Fronteiras no Espaço Percebido

Numa escala mais próxima e a partir de uma visão não-estatística do espaço, a percepção das fronteiras que separam as três cidades se dá de uma maneira muito mais clara quando adotamos o ponto de vista do corpo e seus sistemas de percepção amplificados por aparatos tecnológicos. A partir do carro como meio de transporte, por exemplo, é possível perceber os *limites territoriais* entre as cidades. No percurso de Coronel Fabriciano em direção à Ipatinga, isto se mostra patente na medida em que a paisagem urbana muda radicalmente quando se transpõe a fronteira. Se dentro dos limites de Coronel Fabriciano a paisagem se caracteriza por uma imagem constituída prioritariamente por construções de baixo custo, os chamados "puxados" de um pavimento construídos às margens da via e cujas funções são de oficinas mecânicas e outro serviços, em Ipatinga, nesta mesma rodovia, as margens são ocupadas por canteiros gramados bem-cuidados e excessivamente sinalizados com pinturas de faixas de segurança.

Na interseção das cidades de Coronel Fabriciano e Timóteo, as fronteiras se caracterizam por grandes vias de acesso que ligam as duas cidades, o rio Piracicaba como barreira a ser transposta pelas pontes e a presença da ACESITA como grande equipamento urbano que marca a paisagem de Timóteo logo em sua entrada. Neste ponto de convergência, o que existe é um espaço inóspito, sem nenhum tipo de espacialidade bem conformada, um grande vazio urbano na escala das cidades que o conformam visto que não há nenhum tipo de equipamento, projeto, plano ou qualquer intervenção que tenha como objetivo propositivo a integração deste local às duas cidades, ou a uma das duas, ou a construção de um terceiro *topos*.

120



Limites e Fronteiras no Espaço Vivido

Além da relação óbvia entre as empresas e as cidades demonstrada em sua presença física, o caráter corporativo imaterial desenvolvido no interior das empresas foi ao longo dos anos incorporado à estrutura relacional dos espaços e das ações nas três cidades, definindo limites e fronteiras na experiência do lugar. O conceito de corpo coeso materializado num conjunto de pessoas que seguem as mesmas regras, obrigações, direitos e privilégios a partir de um grupo gestor de indivíduos que administram os interesses comuns numa espécie de associação é claro na configuração das três cidades. Tal postura positivista moderna é diretamente ligada a processos de domínio e controle territorial implementados na região.

Numa primeira etapa, o controle corporativo do território é materializado em estratégias físicas tais como a posse de grande parte da terra, a construção e administração das cidades ou parte delas e a viabilização do sistema infra-estrutural. Nesta fase, a relação entre as empresas e a cidade é evidente: a população mora, circula e se diverte respectivamente em habitações, estradas e clubes construídos e geridos pelas empresas. A idéia de corpo como totalidade, conjunto regido combinatoriamente de modo livre e identitário entre as partes é recorrente. Esta aproximação é patente quando a relação entre a cidade e a empresa é materializada junto ao caráter de time, família e grupo coeso.

A partir da década de 1990, principalmente, uma nova etapa da presença corporativa é implementada. A posse física do território pelas empresas é cada vez menos visível e a presença transversa no corpo da sociedade passa a ser demonstrada, paradoxalmente, de maneira cada vez mais forte através de estratégias mais sutis, vestígios velados. A empresa passa a marcar seu território descolado da posse através de suas ações culturais, sociais e de proteção ambiental e sua respectiva propagação midiática nos mais variados suportes. **Esta nova abordagem territorial corporativa substitui o controle físico por um controle identitário reforçado no vínculo entre a marca institucional e a postura ambiental, cultural e social da região. Nesta fase, a fronteira corporativa é reforçada no logotipo espalhado em outdoors institucionais, patrocínio e colaboração em eventos, na manutenção de jardins, praças e parques, nas placas de bares, creches e lojas e subliminarmente em artigos e notas nos periódicos regionais.**

Obviamente sempre houve a relação entre a empresa e o arranjo social, cultural e ambiental das cidades e a propaganda desta relação, mas este arranjo era contextualizado num conjunto de ações vinculadas ao controle físico do espaço e onde em última instância se apresentava pouco expressiva. A transladação do discurso físico material à presença midiática como elemento aglutinador da idéia de corporação é sintomático da transladação de um processo de gestão moderna à uma gestão pós-moderna. **Enquanto a primeira fase apresenta vincula a lógica da corporação à fragmentação e destruição de arranjos existentes na implementação de um discurso moderno e de uma utopia de controle territorial racional sustentada por procedimentos técnico-burocrático-científicos, a segunda fase traz uma abordagem mais flexível, em rede, interagindo com a heterogenia local como suporte a um controle cujos limites vão além do território e encapsulam a fragmentação característica das cidades em procedimentos que admitem a esquizofrenia, a acumulação e a colagem sincrônica na construção da identidade corporativa do Vale do Aço.**

121





URBANISMO e ARQUITETURA

Compreender como a arquitetura e o urbanismo operaram a configuração do território do Vale do Aço, as estratégias de espacialização das hierarquias do poder industrial e a transformação e modelagem das subjetividades de seus habitantes nos procedimentos corporativos atuais são fundamentais para o desenvolvimento de um repertório de operações fáticas dentro e para além desse mesmo sistema.

Se a ARQUITETURA e o URBANISMO foram dispositivos importantes ao impulso da modernização no século XX, no Brasil foram incorporados pelo Estado como mecanismos potenciais da construção de uma modernidade mítica sustentada pelo desenvolvimento econômico industrial. Na medida em que a ARQUITETURA materializa na esfera privada uma estratégia de programação e reorganização planejada, reproduzindo a força de trabalho em edifícios eficientes pela economia de gestos e de energia de seus habitantes, o URBANISMO desempenha na esfera pública a ação abstrata complementar de hierarquização e espacialização do poder e coordenação do ciclo de produção-distribuição-consumo da cidade como organismo produtivo.

Desde a implantação da Usiminas na década de 1950 e a construção planejada de Ipatinga, a configuração inicial do território vem sendo marcadamente alterada, sobreposta e substituída por estratégias espaciais diversas que explicitam numa análise comparativa diferentes estágios de planejamento urbano e territorial. Na posterior implantação da Acesita em Timóteo, da Cenibra em Belo Oriente, bem como o empobrecimento de Coronel Fabriciano e o controle em Ipaba são situações prementes de que o grau de comprometimento das indústrias com o território por elas impactado e a manipulação da própria noção de planejamento, seja na escala metropolitana ou na escala do edifício, vem sendo modificados nas últimas décadas em função das estratégias de gestão corporativas progressivamente mais flexíveis e fisicamente enfraquecidas pela abstração dos fluxos de capitais.



Ipatinga surge como paradigma da lógica funcionalista e disciplinar onde uma rede difusa de dispositivos arquitetônicos e urbanísticos faz a mediação necessária entre o comando social constituído na FÁBRICA e a vida cotidiana de seus habitantes. Nessa configuração inicial da cidade – transposição imediata dos planos para cidades industriais gestados na social-democracia européia e purificadas de qualquer ideologia por Le Corbusier – o seu desenvolvimento pleno se dá na privatização e justaposição do poder especializado pelos vazios hierárquicos e improdutivos, da infraestrutura urbana e industrial que os atravessa e dos aparelhos que produzem e regulam o cotidiano: a própria FÁBRICA, a escola, o hospital e as superquadras habitacionais. Entretanto, quando o modelo de produção industrial fordista se torna obsoleto e rígido demais para as exigências do capital volátil e flutuante do sistema financeiro atual e quando os dispositivos de controle se tornam mais democráticos e imanentes ao campo social sendo exercidos mediante sistemas de comunicação, as estratégias totalizantes de planejamento, organização e ordenação do território (URBANISMO), são transfiguradas pelo enfraquecimento planejado da estrutura urbana para o desenvolvimento de uma desordem espacial propícia à nova lógica especulativo – imobiliária. Se no processo de modernização e urbanização do país do qual Ipatinga é modelo, a própria idéia de URBANISMO significa hierarquização social e ordenação espacial da produção, na atual conjuntura, as operações fragmentadas no território – uma espécie de urbanismo minúsculo – animam a reprodução da desordem e do descontrole necessários ao desenvolvimento de uma ordem que possa ser ofertada. Trata-se de uma mercadoria mais potente que o próprio espaço mas que parcialmente organiza esse mesmo enquanto ARQUITETURA, ou seja, *super-produto* da modernização, um artefato espacial modelador de subjetividades e multiplicador do controle social pelo seu ordenamento através de experiências significantes. Assim, se a arquitetura disciplinar moderna financiada pela indústria operava na preservação máxima da sua força produtiva humana, a ARQUITETURA do capital especulativo atual opera na criação potencial de um sujeito consumidor ativo.

Timóteo: FÁBRICA+ARQUITETURA=FAVELA

Se no modelo de cidade implementado em Ipatinga, o URBANISMO tinha a função de organizar o corpo social e fazer circular as mercadorias produzidas, em Timóteo a implantação da Acesita se dá como um enfraquecimento desse ideal urbano-industrial, ou seja, uma fraca espacialização da hierarquia e do poder industrial. Nesse estágio, o escoamento da produção, bem como as relações entre FÁBRICA e cidade são organizados a partir da idéia de que a indústria somente necessita de seus funcionários e portanto deve cuidar fundamentalmente da reprodução de sua força de trabalho, ou seja de seu bem-estar dentro de seu ambiente privado com sua família. Assim, se torna ainda necessário o agenciamento e provimento de moradias nas vilas operárias a seus funcionários por parte da indústria, operação realizada através de uma ARQUITETURA utilitarista e disciplinadora: espaços de lazer, clubes, escolas e casa funcionais. Entretanto, já se pode perceber na configuração de Timóteo como cidade industrial um deslocamento das políticas públicas com ênfase na estruturação de uma infra-estrutura urbana para o estabelecimento de serviços prestados à população. Aqui o URBANISMO de Ipatinga se faz enfraquecido e transformado em um urbanismo orientado para demandas locais em pequena escala, sem conexão com a cadeia produtiva industrial.

Com a privatização da Acesita na década de 1990 e sua incorporação por aís internacionais, sua conexão já não muito física com a própria cidade se faz ainda menos territorial e seus vazios produtivos, plantações extensivas de eucalipto, transformam-se gradativamente em adensamentos especulativos, loteamentos comercializados pelos agentes imobiliários. A abstração da arquitetura moderna característica das vilas operárias sucumbe domesticada ao amortecimento *kitsch* dos anos de jardim enquanto o resto da cidade é tomado por FAVELAS: *sub-produto* da modernização, arquitetura e urbanismo típicos da ausência completa de capital.



125

Ipaba: FAVELA=PRISÃO

Há um paradoxo aparente e inerente à explicitação das estratégias industriais cada vez mais flexíveis: quanto mais atuais os deslocamentos e deslizamentos dos fluxos de capitais dentro da vasta rede global de investimentos e quanto mais móveis são essas quantias e oportunidades, mais imóveis e espacialmente restritas são as capacidades daqueles que não se inserem no sistema. Ipaba é o paradigma mais atual de uma organização espacial possível dentro da lógica da acumulação e do trabalho flexível: URBANISMO, ARQUITETURA, e FÁBRICA estão completamente distantes de sua realidade favelada. Localmente, flexibilidade do trabalho significa instabilidade, informalidade e falta de oportunidade e nesse contexto, a PRISÃO pode significar uma alternativa ao emprego e até mesmo moradia. No contexto regional, a PRISÃO significa a imobilização e a exclusão de parcela da população que já não é necessária à produção das indústrias e que se apresenta como uma ameaça. Se na sua origem a PRISÃO tinha como propósito a reabilitação através do trabalho disciplinado para a ocupação dos postos nas indústrias, na lógica vigente não importa que os presos sejam reabilitados, importa que ali fiquem.

Se a PRISÃO já foi uma fábrica de mão-de-obra, hoje é uma fábrica de exclusão e por isso deve localizar-se o mais distante possível de Ipatinga. Em Ipaba, a PRISÃO organiza e controla o campo social externo a ela pela sua própria presença panóptica, mas não seu espaço favelado constantemente vigiado. Nesse sentido, a PRISÃO, dispositivo de poder característico dos primórdios da acumulação capitalista, apresenta-se como imagem controladora e como destino irrevogável daquela população.

FÁBRICA = SHOPPING?

A transfiguração do modelo urbano-industrial erguido no Vale do Aço em sistema global-financeiro reconfigura territorialmente, tanto na esfera pública quanto privada, as relações de poder estabelecidas em toda a região e explicitam-se assim as contradições espaciais e os paradoxos temporais dessa condição: a ocupação produtiva tornada vazia improdutivo, o vazio improdutivo tomado pela FAVELA, a FAVELA vigiada pela PRISÃO, a PRISÃO transformada em FÁBRICA, a FÁBRICA desdobrada em *shopping*, o *shopping* suportando o espetáculo, o espetáculo projetado como centro cultural, o centro cultural entendido como escola, a escola subserviente ao controle social, o controle social subvertido na superquadra, a superquadra condensada em *flat*, o *flat* conveniado ao aeroporto, o aeroporto conectado ao capital, o capital desterritorializado em sua abstração.



Belo Oriente: FÁBRICA x FAVELA

A Cenibra, funcionando dentro da lógica da flexibilidade total, supera a configuração de Timóteo e faz desnecessários não só o controle e o agenciamento da cidade, da ARQUITETURA, mas também dos corpos dos operários. Nesse sentido, a FÁBRICA não organiza nem o campo social através do trabalho disciplinado nem mesmo o espaço exterior a ela própria. Se o modelo de gestão industrial fordista da Usiminas em Ipatinga tinha no URBANISMO e na ARQUITETURA ferramentas de organização da produção e também do cotidiano de seus habitantes, tal estratégia frente à completa desconexão territorial da Cenibra, reflete a dependência recíproca dos modelos industriais anteriores entre FÁBRICA e trabalhadores. Em Belo Oriente essa reciprocidade é completamente esfacelada pela dependência unilateral de seus habitantes pelo trabalho não disponível e flutuante. Não há, pois, nem URBANISMO, nem ARQUITETURA, somente FÁBRICA e FAVELA.



Coronel Fabriciano: ARQUITETURA = urbanismo + FAVELA

O urbanismo praticado em Coronel Fabriciano guarda semelhanças com o urbanismo atual de Ipatinga, operações descoordenadas e difusas sobre a cidade, localizadas e privatizadas. Na verdade, uma organização desordenada e especulativa que produz em suas ações a própria cidade. Uma cidade produzida como acumulação e justaposição de ARQUITETURA. Mas há também na cidade a FAVELA como ocupação anterior e potencialmente futura de todo seu território. Nesse sentido, Coronel Fabriciano apresenta-se no contexto do Vale do Aço como o ambiente mais propício à proliferação de castelos de pureza imobiliários destinados a uma classe média que pode não se equilibrar nos morros mas ainda não consegue morar em Ipatinga, pairando sobre a desordem e o descontrole estabelecido em seu corpo favelado, mantido estrategicamente inalterado há décadas. **No contexto do Vale do Aço, a ARQUITETURA comercializada em Fabriciano está um passo à frente das superquadras modernas, mas longe da flexibilidade e eficiência da experiência proporcionada por um flat de Ipatinga, uma ARQUITETURA que ainda não explora seus potenciais intrínsecos de mercadoria háptica em um território anestesiado.**

127





128

NATUREZA

É possível detectar, em regiões de intensa interferência industrial, cenários e configurações urbanas que se multiplicam e se alteram constantemente. A partir da observação dos processos físico-químicos envolvidos nas diversas fases de produção industrial do Vale do Aço, é possível um entendimento das relações de dependência com a região geográfica onde se encontram instalados. Tomando como ponto de partida o fato de que os produtos resultantes das atividades industriais integram processos que transformam uma determinada matéria prima em um ou vários outros materiais a partir da fusão e desmembramento de elementos minerais diversos, chegamos a uma cadeia produtiva que tem como resultado uma séria de impactos que alteram não só a propriedade do meio-ambiente mas também a paisagem urbana local, configurando *naturezas modificadas*.

Para além da percepção sensorial dessas naturezas modificadas sob a forma de fuligem, fumaça, gases e ruídos, é interessante perceber as novas situações urbanas que se mostram a partir da intervenção destas atividades. São áreas exploradas, abandonadas ou recriadas, encostas, barragens de água e de resíduos, depósitos de escória, pontes, viadutos e toda a rede de infra-estrutura que se desenvolve desde o início até o final das cadeias produtivas. Em alguns casos, *topografias artificiais* são produzidas no contexto regional como montanhas de depósito de rejeitos sólidos, crateras e cavas, platôs e lagoas de rejeito de material líquido, configurando cenários que alteram de forma irreversível a paisagem local e a sua percepção.

Ao longo do eixo do rio Piracicaba encontram-se grandes áreas de fundo de vale, originalmente cobertas pela mata atlântica e posteriormente destinadas ao cultivo de eucalipto. Material originalmente importante no processo siderúrgico, o eucalipto hoje é substituído pelo carvão mineral e suas regiões de cultivo permanecem marcantes na paisagem, algumas delas já em processo de reestruturação com a finalidade do redirecionamento da produção para outros fins, tais como a construção civil e a celulose.

Numa relação de dependência inversa, os grandes enclaves modernizantes necessitam de uma configuração geográfica estratégica para a sua implantação, englobando fatores climáticos, recursos naturais (hídricos, eólicos, topográficos, geológicos) e infra-estruturais (redes viárias, ferroviárias, aeroportos, hotéis, *shoppings*). Para a viabilidade dos processos industriais é necessária grande quantidade de energia, espaço físico e água, que vão alimentar as transformações químicas e conseqüentemente gerar de um lado os produtos beneficiados e, de outro, grandes quantidades de resíduos.



Pensar o Vale do Aço a partir dos vazios urbanos interessa em princípio pelas potencialidades que detecta: são situações propícias para a especulação de novas formas de agenciamento do ambiente urbano. Os vazios são, por definição, áreas receptivas ao desenvolvimento de ações modificadoras. Mas os vazios são também uma forma de investigação da realidade urbana, já que as diversas relações que se estabelecem entre cidade construída e não construída inserem-se também no complexo e instável processo de ocupação do território. No caso específico do Vale do Aço, podemos perceber ao menos três situações onde a idéia de vazio pode apontar-nos diferentes dinâmicas urbanas e, principalmente, diferentes caminhos de ação.

O Vazio como Estratégia de Dispersão

Na cidade industrial planejada, a definição dos vazios significa também uma garantia de implementação de padrões de organização de fluxos e de ocupação urbana que se adequam aos modos de produção da economia. Em Ipatinga, município com uma das maiores taxas de área verde por metro quadrado do Brasil, essa premissa tão característica do planejamento funcional moderno torna-se explícita. Os enormes vazios que se repetem em uma sucessão de parques, matas e praças, desempenham até hoje um papel ativo: separam setores urbanos segundo critérios de organização hierárquica, vinculados desde o plano original da cidade aos papéis econômicos de cada grupo social –operários, funcionários, diretores e administradores, etc. Dessa forma, mais do que recursos para a garantia de qualidade de vida e de criação de áreas públicas, os vazios são aqui concebidos dentro de uma visão utilitarista. São na realidade parte de uma estratégia geral de controle pela dispersão física de segmentos sociais no território. Representam potentes instrumentos de delimitação espacial e de erradicação de conflitos, impedindo que determinadas áreas sejam cercadas ou tomadas a partir de dinâmicas que fujam à idéia de planejamento ortodoxo da cidade. Os vazios urbanos contribuem então para a implementação de um radical sistema delimitatório, onde as atribuições rígidas das diversas parcelas do território passam a determinar setores autônomos e desvinculados dos demais ao seu redor. Tais divisões, precisas e funcionais do ponto de vista urbanístico, admitem apenas as formas de interação que se inscrevem no universo de trocas e serviços da economia.





O Vazio como Agente de Descontrole

No contexto urbano instável do Vale do Aço, a idéia de vazio pode também representar o oposto do que entendemos como parte do ideal de planejamento urbano positivista. Se em determinadas situações, este mostra-se como um agente efetivo da assepsia taxonômica moderna, em outros momentos ele passa a ser um agente da própria destruição do planejamento. Em diversos casos, como nos municípios de Timóteo e Coronel Fabriciano, os vazios urbanos não nascem de um planejamento racionalizador prévio, muito menos de uma visão integral de cidade. Ao contrário, eles são o resultado de conflitos particulares e de ações privadas específicas sobre o espaço urbano grandes glebas que mantêm-se desocupadas ou subutilizadas em função dos latifúndios, áreas e reservas industriais, ou dos interesses especulativos. Tais vazios empurram a cidade para uma situação inversa da do planejamento formal caracterizado em Ipatinga, direcionando o crescimento para áreas residuais e fragmentos do tecido urbano. São as ocupações em encostas, fundos de vale e áreas de mananciais e nascentes que marcam a outra face da urbanização em toda a região. Assim, se tomamos anteriormente os vazios como uma estratégia deliberada de controle e dispersão da população no território, encontramos aqui o oposto: a dinâmica própria das áreas de ocupação irregular, com a congestão gerada pelo crescimento acelerado e sem planejamento, os limites de propriedade flutuantes e imprecisos, e os conflitos gerados pela invasão de setores que não dispõem de infra-estrutura prévia. Aqui os vazios passam a atuar como agentes do descontrole e da própria falência do ideal de planejamento.





132

O Vazio como Hiato Urbano

Se os vazios podem indicar formas de ocupação urbana seja via planejamento racionalizador, seja via informalidade e descontrole eles podem também sinalizar o movimento oposto: sua desocupação. Na região do Vale do Aço, a soma das forças de organização do espaço urbano com um claro destaque para aquelas relacionadas aos processos da produção industrial determinam muitas vezes o simples abandono de áreas anteriormente ativas nas cidades. Tal processo resulta primeiramente em uma desvinculação, cada vez mais recorrente, entre o planejamento econômico e produtivo e o planejamento urbano. As pontes e rodovias abandonadas, os inúmeros acampamentos que recebiam centenas de trabalhadores e que até pouco tempo organizavam toda a ocupação das grandes áreas de plantio de eucalipto na região, dentre diversas outras estruturas também hoje inutilizadas, atestam essa dinâmica de separação dos interesses da economia em relação ao espaço habitado. Nesses casos, os vazios já não são parte de uma estratégia de organização racional do território. Não são sequer áreas retidas em função de interesses especulativos e de investimentos futuros. São na verdade apenas as sobras decorrentes das sucessivas modificações nos sistemas de produção (como a mecanização no plantio e corte dos eucaliptos) e no planejamento dos fluxos de mercadorias e bens. A qualquer momento, podem inserir-se na dinâmica informal da cidade, passando de áreas economicamente ativas a áreas marginais e de ocupação descontrolada. Podem ainda, e essa parece ser uma realidade bastante plausível, manter-se simplesmente como hiatos ou ruínas. Uma espécie de anti-cidade que emerge em meio ao ambiente construído e instaura o abandono como uma terceira espacialidade, um planejamento às avessas.



Texto de Bruno Massara, Eduardo Moreira, Flávio Agostini,
Frederico Canuto, Jorge Tanure, Marcelo Maia,
Renata Marquez, Wellington Cançado - UNILESTE_MG